



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

## **SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 03/02/2026**

### **ORDEM DO DIA**

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 179, de 2026, que dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados, sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 179, de 2026, que dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados, sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 179, de 2026, que dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados, sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências.

**Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB)** - O Deputado esclareceu ao Deputado Alberto Fraga, Relator do Projeto de Lei nº 179, de 2026, que o texto era resultado de acordo firmado no Colégio de Líderes. Além disso, afirmou que o entendimento contemplou diferentes categorias da Câmara dos Deputados, incluindo secretários parlamentares, cargos comissionados e servidores efetivos. Ressaltou também que a proposta considerou parâmetros presentes no projeto de reforma administrativa e práticas adotadas pelo Senado Federal e pelo Tribunal de Contas da União, como o banco de horas. Por fim, informou que a adoção do modelo ocorreria de forma progressiva e ressaltou que qualquer alteração no texto dependeria de novo consenso entre os Líderes partidários, não sendo possível mudança unilateral pela Presidência da Casa.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado afirmou compreender a posição da Presidência da Câmara contrária à alteração do Projeto de Lei nº 179, de 2026, mas declarou preocupação com a desmotivação dos servidores diante do texto apresentado. Avaliou que a matéria tratava de tema relevante para as categorias da Casa e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

destacou que a proposta não representava aumento nem gerava impacto financeiro. Destacou ainda que a alteração sugerida consistia em retirar determinadas gratificações do texto legal, transferindo a definição para decisão da Mesa Diretora. Ao concluir, enfatizou que a Presidência poderia assumir essa responsabilidade e avaliou que a mudança não encontraria resistência entre os Líderes partidários, por não alterar despesas nem a estrutura remuneratória vigente.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 179, de 2026, que dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados, sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 179, de 2026, que dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados, sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado desejou um bom ano legislativo de 2026 e solicitou registro de pesar pelo falecimento de Frei Sérgio Görgen. Em seguida, lembrou que Frei Sérgio havia sido Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul, no início dos anos 2000, e destacou sua atuação em defesa da soberania alimentar e da reforma agrária. Também recordou que Frei Sérgio esteve diversas vezes na Câmara dos Deputados e manteve trajetória pública associada a causas sociais e ao compromisso com o interesse coletivo. Ao finalizar, solicitou a realização de um minuto de silêncio no plenário, como forma de homenagem e reverência da Casa à memória de Frei Sérgio Görgen.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 179, de 2026, que dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados, sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado solicitou mais tempo ao Presidente Hugo Motta para apresentação do parecer à emenda de plenário oferecida ao Projeto de Lei nº 179, de 2026. Informou que o parecer ainda não havia sido protocolado e ainda aguardava o recebimento de emenda. Além disso, explicou a decisão de rejeitar a emenda apresentada pelo Deputado Júlio Cesar, justificando a posição pela ausência de acordo em relação à mudança proposta.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.070, de 2025, que altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências.

**Julia Zanatta (PL - SC)** - A Deputada questionou à Presidência se a eventual aprovação de um projeto constante na pauta permitiria que diretores passassem a receber remuneração superior à de um Deputado, com extração do teto. Em seguida, registrou que apenas 29 Deputados haviam se posicionado em defesa da responsabilidade fiscal em votação ocorrida em data anterior. Ademais, destacou que a população e a classe média enfrentavam carga tributária elevada e efeitos da inflação, e criticou a política econômica do Governo Federal, apontando aumento de impostos e contratos com empresas. Por fim, declarou que seu posicionamento estava associado à defesa do controle de gastos públicos.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 6.070, de 2025, que altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.070, de 2025, que altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências.

**Jorge Solla (PT - BA)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.070, de 2025, que altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado encaminhou a votação do § 5º do art. 9-A do Projeto de Lei nº 6.070, de 2025, que altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada orientou a bancada na votação do § 5º do art. 9- A do Projeto de Lei nº 6070, de 2025, que altera a Lei nº 12.300, de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

**Túlio Gadêlha (REDE - PE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º do art. 9º-A do Projeto de Lei nº 6070, de 2025, que altera a Lei nº 12.300, de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências.

**Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)** - O Deputado manifestou-se sobre o acordo de Líderes a respeito da deliberação do Projeto de Lei nº 179, de 2026, que dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados, sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências. Ademais, defendeu a necessidade de amenizar a distorção salarial dos servidores, com função FC-3, que permanecem trabalhando no plenário da Casa, inclusive durante a madrugada quando necessário, sem receber horas extras. Ressaltou também que os servidores da Câmara dos Deputados estão sem reajuste desde 2015 e elogiou a condução do Presidente Hugo Motta ao enfrentar o tema sem impacto orçamentário. Ao final, apelou aos Líderes para que avancem na correção salarial.

**Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB)** - O Presidente da Câmara dos Deputados esclareceu o teor do Projeto de Lei nº 179, de 2026, que dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados, sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências. Ademais, ressaltou, como balanço da sua gestão, medidas adotadas em favor dos terceirizados, como reajustes salariais, aumento do auxílio-alimentação e a instituição de conta vinculada para evitar inadimplemento trabalhista das empresas terceirizadas. Informou também que a proposição concede reajustes a servidores efetivos, secretários parlamentares e cargos em comissão, e que, conforme acordo do Colégio de Líderes, apenas servidores com funções FC-4 ou superiores poderão receber verbas acima do teto constitucional, não havendo consenso para a ampliação aos servidores com outras funções comissionadas. Por fim, afirmou que a Presidência encaminhará a votação nos termos pactuados.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 179, de 2026, que dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados, sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências.

**Kim Kataguiri (UNIÃO - SP)** - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 179, de 2026, que dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados, sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências. Ademais, afirmou ser vergonhosa a priorização de aumento salarial para servidores da Câmara dos Deputados e do Senado logo após o recesso parlamentar, com impacto superior a R\$ 1 bilhão e previsão de pagamento de verbas acima do teto constitucional. Sustentou ainda que a medida amplia desigualdades, beneficia servidores que já estão entre os mais bem remunerados do funcionalismo e reproduz práticas que deveriam ser combatidas, como supersalários. Por fim, censurou os Parlamentares de Direita que apoiaram a proposta e declarou voto contrário, mantendo seu requerimento de votação nominal.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado proferiu parecer à Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 179, de 2026, que dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados, sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências. Ademais, agradeceu ao Presidente da Casa pela confiança em seu trabalho como Relator da matéria e lamentou a falta de consenso para beneficiar os servidores com função FC-3.

**Kim Kataguiri (UNIÃO - SP)** - O Deputado encaminhou o requerimento de votação nominal para o Projeto de Lei nº 179, de 2026, que dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados, sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências.

**Heloísa Helena (REDE - RJ)** - A Deputada encaminhou a votação do §5º do art. 10 do Projeto de Lei nº 179, de 2026, que dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados, sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências.

**Átila Lira (PP - PI)** - O Deputado proferiu parecer aos Projetos de Lei (PL) apensados nº 5.874, de 2025, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; PL nº 1, de 2026, que altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, para criar o Instituto Federal do Sertão Paraibano; PL nº 5.893, de 2025, que cria o Plano Especial de Cargos e o Quadro Suplementar do Ministério da Educação e PL nº 6.170, de 2025, que institui o Reconhecimento de Saberes e Competências para o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, entre outros temas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada parabenizou o Presidente da Casa, o 1º Secretário e a Mesa Diretora pelas medidas adotadas em defesa dos trabalhadores terceirizados da Câmara dos Deputados. Destacou a instituição da conta vinculada como garantia do pagamento de salários e verbas trabalhistas, ressaltando tratar-se de reivindicação histórica da Frente Parlamentar em Defesa das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Terceirizados. Ademais, celebrou o aumento do auxílio-alimentação, a vedação à redução salarial nos contratos de prestação de serviços e a maior transparéncia na escala de recessos. Ao final, afirmou que essas medidas consolidam lutas históricas em favor dos terceirizados nesta gestão.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, e apensados, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

**Adriana Ventura (NOVO - SP)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, e apensados, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Ademais, condenou o Governo Lula, afirmando que a proposição agrava a fragilidade fiscal do País. Sustentou que a criação de cerca de 22 mil cargos amplia despesas públicas e gera pressão por aumento de tributos, inflação e perda de renda dos mais pobres. Além disso, defendeu a necessidade da avaliação de eficiência do serviço público e questionou a ausência de dados que justifiquem a ampliação de cargos. Por fim, classificou a medida como populista, com finalidade eleitoral, e censurou o Congresso por aprovar distorções, fura-teto e aumentos de gastos sem responsabilidade fiscal.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, e apensados, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

**Kim Kataguiri (UNIÃO - SP)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, e apensados, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Ademais, condenou as votações da Câmara dos Deputados no início do ano legislativo, afirmando que, após a aprovação de supersalários para servidores do Poder Legislativo, a Casa avançou na criação de cerca de 18 mil cargos, com custo estimado de R\$ 4 bilhões. Sustentou ainda que essas deliberações contradizem o discurso de ajuste fiscal do Governo Federal e evidenciam incoerência de setores da Direita que criticam a gastança, mas votam a favor da ampliação da máquina pública. Ao final, ressaltou que a proposição amplia desigualdades em relação a servidores estaduais e municipais, impondo ônus bilionário à população.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

**Átila Lira (PP - PI)** - O Deputado proferiu parecer às emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, e apensados, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

**José Guimarães (PT - CE)** - O Deputado enalteceu o trabalho do Deputado Átila Lira na relatoria do Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, e apensados, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Ademais, destacou que as proposições apensadas caracterizam uma reforma de caráter estrutural e transformador do Estado. Ressaltou também que a criação de cargos técnico-administrativos de nível superior reforça o compromisso do Governo Lula com a educação pública e com a qualificação do serviço público. Adicionalmente, enfatizou que as propostas resultam de amplo diálogo com categorias profissionais e entidades sindicais. Ao final, elogiou a atuação do Presidente da Casa e a decisão do Colégio de Líderes de votar a matéria sem emendas.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, e apensados, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, destacando sua importância para a expansão do ensino técnico e profissional no Brasil, com a ampliação da rede de institutos federais e a contratação de professores e técnicos para atender regiões remotas, como o sertão da Paraíba. Ressaltou também avanços orçamentários aprovados pelo Congresso para garantir alimentação escolar nos institutos federais, com impacto positivo no rendimento dos estudantes. Ademais, elogiou a instituição do plano de carreira da cultura e o reajuste das tabelas remuneratórias da segurança pública do Distrito Federal. Ao final, celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 179, de 2026, que dispõe sobre a modernização da Carreira Legislativa da Câmara dos Deputados, sobre a reestruturação da remuneração com base em critérios de desempenho, competências, metas, resultados, qualificação, crescimento profissional e dedicação contínua e dá outras providências; e do Projeto de Lei nº 6.070, de 2025, que altera a Lei nº 12.300, de 2010, para modificar o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências, alertando para a necessidade de evitar a perda de servidores qualificados para outros Poderes.

**Maria do Rosário (PT - RS)** - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, e apensados, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

**Wilson Santiago (REPUBLICANOS - PB)** - O Deputado defendeu a aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, e apensados, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Ademais, elogiou particularmente o Projeto de Lei nº 1, de 2026, que altera a Lei nº 11.892, de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, para criar o Instituto Federal do Sertão Paraibano. Além disso, ressaltou que o Instituto Federal amplia a qualificação profissional dos jovens, gera oportunidades de trabalho e contribui para melhores condições de vida. Ao final, anunciou seu compromisso de atuar pela criação de novos *campi* em cidades-polo do interior.

**Gervásio Maia (PSB - PB)** - O Deputado fez um reconhecimento ao Presidente da Câmara por sua atuação junto ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que viabilizou a criação do Instituto Federal do Sertão. Destacou a parceria do mandato com o Instituto Federal da Paraíba, citando a destinação de emendas e recursos que resultaram na construção de ginásios poliesportivos em Picuí (PB), Esperança (PB) e Catolé do Rocha (PB). Mencionou ainda a implantação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Administração no campus de Catolé do Rocha (PB), já em funcionamento. Ressaltou a conquista de um estudante vencedor de Olimpíada nacional e apontou a educação como eixo para desenvolvimento social e ampliação de oportunidades no País.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado levantou questão de ordem ao fundamentar pedido na Constituição Federal e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Informou ter protocolado requerimento para investigar indícios de irregularidades financeiras na relação entre o Banco Master e o BRB, com 201 assinaturas, fato determinado e prazo definido. Argumentou que os requisitos constitucionais e regimentais estavam preenchidos e que a norma impôs caráter vinculante à atuação da Presidência da Casa. Sustentou que não havia impedimento regimental, já que não existiam CPIs em funcionamento, e citou precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

**Denise Pessôa (PT - RS)** - A Deputada registrou reconhecimento ao Ministério da Cultura pela apresentação do Projeto de Lei nº 6.170, de 2025, que cria o plano de carreira dos servidores da área cultural. Afirmou que a iniciativa promoveu a valorização de trabalhadores que aguardavam a medida há mais de duas décadas. Destacou a atuação do Ministério e o envolvimento de sindicatos estaduais na construção do projeto. Apontou a aprovação do plano de carreira como marco no encerramento de sua gestão à frente da Comissão. Elogiou o Governo Lula e aos profissionais e defensores da cultura no País.

**Kim Kataguiri (UNIÃO - SP)** - O Deputado afirmou que o início do ano legislativo ocorreu com ampliação de gastos e ausência de debates sobre reforma administrativa e propostas para limitar privilégios e supersalários no serviço público. Citou o aumento das despesas em bilhões de reais, criaram novos cargos e mantiveram benefícios no Legislativo. Defendeu cortes em auxílios, cotas e emendas parlamentares, além de mudanças no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

Judiciário e no Ministério Público. Também mencionou a falta de avanço na instalação de CPIs, incluindo investigações sobre o Banco Master e outras já protocoladas. Relacionou essas práticas à percepção negativa da sociedade sobre a política.

**Jorge Solla (PT - BA)** - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado encaminhou a votação da expressão "externo" que consta no art. 40 do substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

**Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ)** - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

**Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB)** - O Presidente destacou a aprovação do Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, sob a relatoria do Deputado Átila Lira. Afirmou que a medida permitiu acordos com diferentes categorias e criou condições para a expansão do ensino superior e técnico no País. Ressaltou a criação do Instituto Federal do Sertão Paraibano, a partir do desmembramento do Instituto Federal da Paraíba, com sete campi e nova reitoria em Patos (PB). Apontou a iniciativa como avanço para a interiorização da educação, agradeceu ao Presidente Lula e ao Ministro da Educação e mencionou entregas legislativas recentes na área educacional.

**Átila Lira (PP - PI)** - O Deputado agradeceu a confiança da Presidência da Câmara pela relatoria do Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e afirmou que a aprovação das matérias representou marco para o setor. Informou que as medidas autorizaram a contratação de quase 25 mil profissionais, viabilizando a implantação de cem institutos federais previstos no PAC, a expansão das universidades federais e do ensino profissionalizante, com destaque para o Instituto Federal do Sertão. Também ressaltou a aprovação do reconhecimento de saberes e competências para técnicos administrativos, beneficiando mais de 120 mil servidores. Reconheceu a atuação do Ministério da Gestão e do Ministério da Educação e avaliou que o conjunto de projetos promoveu valorização do serviço público federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

**Felipe Carreras (PSB - PE)** - O Deputado registrou homenagem aos 147 anos do Município de Garanhuns, destacando sua relevância histórica, cultural e turística para Pernambuco e o Nordeste. Citou o Festival de Inverno de Garanhuns (PE), os eventos Encantos do Natal e a consolidação da cidade como polo regional. Apontou avanços obtidos na gestão municipal a partir de 2021, com investimentos em infraestrutura, saúde, educação e desenvolvimento econômico. Informou a destinação de mais de 100 milhões de reais em recursos federais. Também mencionou conquistas nas áreas educacional, social e de valorização dos professores.

#### BREVES COMUNICAÇÕES

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado avaliou o cenário econômico e social ao início do ano legislativo, citando inflação sob controle, crescimento do emprego, reajustes do salário mínimo e estabilidade do País no cenário internacional durante o Governo do Presidente Lula. Destacou que janeiro marcou a ampliação de isenção ou redução do Imposto de Renda para cerca de 25 milhões de brasileiros. Mencionou a aprovação do Programa Gás do Povo, voltado ao acesso ao gás de cozinha.

**Rogério Correia (PT - MG)** - O Deputado destacou a aprovação do Projeto de Lei nº 5.874, de 2025, que cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Informou que a iniciativa previu a criação de milhares de vagas para professores, técnicos e analistas nas universidades e nos institutos federais, todas por concurso público. Ressaltou o reconhecimento de saberes e competências para técnicos em educação e a aprovação de regras para a nomeação de reitores mais votados nas universidades. Mencionou ainda a criação de programas especiais de cargos nas áreas da cultura e da educação, a valorização do serviço público e a recomposição de recursos orçamentários para a educação.

**Gilvan da Federal (PL - ES)** - O Deputado agradeceu a receptividade da Academia Elite, do Município de Piúma, no Espírito Santo, e cumprimentou professores e alunos da instituição. Utilizou a tribuna para manifestar solidariedade ao Deputado Eduardo Bolsonaro, ao afirmar que sua cassação ocorreu de forma injusta. Mencionou também que o caso envolvendo o Deputado Ramagem deveria ter sido apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Relatou impactos pessoais enfrentados por Eduardo Bolsonaro e por sua família e registrou apoio político ao colega. Ao final, expressou expectativa de superação da situação e reiterou respeito e admiração ao Parlamentar citado.

**Luciano Vieira (PSDB - RJ)** - O Deputado registrou a presença do Vereador Vitor Ralha, Presidente da Câmara Municipal de Miguel Pereira (RJ), em Brasília (DF), destacando sua atuação na busca por recursos para



o município. Também elogiou o trabalho do Deputado Estadual Valdo do Ceasa, especialmente na Zona Norte do Rio de Janeiro, ressaltando seu comprometimento com a população.

**Jorge Solla (PT - BA)** - O Deputado destacou avanços recentes na educação superior brasileira, ressaltando a alteração na legislação para eleição de reitores, que passou a eleger diretamente o mais votado, encerrando a prática da lista tríplice e da indicação. Comemorou a criação do novo campus da Universidade Federal do Sul da Bahia, em Jequié (BA), e a autorização para início das obras dos prédios que receberão cinco cursos de ensino superior. Mencionou a participação de autoridades locais e federais na solenidade de ordem de serviço e destacou a aprovação de 16 mil cargos concursados para apoiar a expansão dos institutos federais no Brasil. Relacionou as medidas à retomada do investimento em educação após quatro anos de Governo anterior.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado comemorou a obtenção de mais de 280 assinaturas para a instalação da CPMI do Banco Master e questionou o que chamou de resistência do Governo à investigação. Citou vínculos de ex-Ministros e ex-autoridades do Governo Lula com o banco, incluindo Henrique Meirelles, Ricardo Lewandowski e Guido Mantega, e mencionou atuação de familiares e políticos próximos ao CEO do Banco Master. Classificou a situação como escândalo e defendeu a necessidade de investigação parlamentar. Também parabenizou os Deputados, inclusive do próprio Governo, e destacou o trabalho do Partido NOVO, mencionando a Deputada Adriana Ventura e o Deputado Marcel van Hattem, como agentes comprometidos com a transparência e a fiscalização.

**Cobalchini (MDB - SC)** - O Deputado destacou a retomada dos trabalhos da Câmara com foco em temas estruturantes, afirmando que os cidadãos buscam saúde, segurança e infraestrutura funcionando, além de políticas econômicas que favoreçam consumo e geração de empregos. Ressaltou a necessidade de enfrentar o crime organizado. Defendeu a criação dos Fundos Constitucionais Sul/Sudeste e o aumento do repasse do FPM aos Municípios, contemplando propostas de Deputados Pedro Uczai, Hildo Rocha e Toninho Wandscheer. Enfatizou que os fundos visam garantir justiça federativa e investimentos com juros acessíveis, sem prejudicar as demais regiões do País, e concluiu afirmando que a pauta da Câmara deve priorizar os interesses nacionais.

**Carol Dartora (PT - PR)** - A Deputada abordou a defesa da vida das mulheres e o combate ao feminicídio, destacando que mais de mil mulheres são assassinadas anualmente no Brasil, sendo cerca de 60% negras, o que evidencia a interseção entre racismo estrutural e sexismo. Citou o lançamento do Pacto Nacional Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio, iniciativa do Presidente Lula que articula prevenção, proteção,



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

responsabilização e cuidado. Também criticou políticas higienistas em urbanismo no Paraná que expõem e estigmatizam mulheres em situação de rua, ressaltando a necessidade de acolhimento, moradia, saúde e reinserção social. Reafirmou seu compromisso com a dignidade humana, direitos trabalhistas, democracia e combate ao racismo, e parabenizou o Deputado Pedro Uczai pela liderança da bancada do PT em 2026.

**Luciano Vieira (PSDB - RJ)** - O Deputado registrou a presença do Prefeito Julinho Juju, de Paty do Alferes (RJ), destacando-o como o Prefeito mais bem avaliado do Estado do Rio de Janeiro. Ressaltou que o Gestor veio a Brasília (DF) em busca de recursos para o Município e afirmou que os investimentos têm sido aplicados de forma eficiente, refletindo melhorias percebidas pela população. Parabenizou o Prefeito pelo trabalho realizado em prol dos moradores de Paty do Alferes (RJ).

**Gilvan da Federal (PL - ES)** - O Deputado criticou o Comandante do Exército, General Tomás Paiva, por não se posicionar em defesa de generais de quatro estrelas presos, como Heleno, Braga Netto e Paulo Sérgio, e denunciou que o General moveu processo contra ele por declarações feitas na tribuna. Afirmou que sua atuação seguiu o direito à imunidade parlamentar prevista no Art. 53 da Constituição Federal, garantindo opiniões expressas no exercício do mandato. Declarou que suas críticas foram motivadas pela defesa dos militares e questionou a imparcialidade do Comando do Exército, afirmando que os generais foram abandonados. Reafirmou seu posicionamento de apoio aos militares e ao Senador Flávio Bolsonaro, relacionando sua fala à defesa de princípios como Deus, Pátria, família e liberdade.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada celebrou a aprovação de propostas voltadas ao fortalecimento do serviço público e à ampliação de vagas em institutos federais e universidades, além da criação de planos de carreira em áreas como cultura e educação. Também mencionou a aprovação da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, que ampliou o acesso ao gás de cozinha para milhões de famílias e relacionou a iniciativa à redução da fome e a políticas sociais do Governo Federal. Além disso, apresentou dados econômicos e de emprego para defender ações governamentais e anunciou articulações institucionais, como pacto entre Poderes para enfrentar o feminicídio. Por fim, abordou investigações sobre o Banco Master e defendeu o combate à corrupção e a soberania nacional.

**Rafael Simões (UNIÃO - MG)** - O Deputado registrou a presença de autoridades municipais de Ipuíuna (MG) e Bela Vista de Minas (MG) e destacou dificuldades enfrentadas por produtores rurais do sul de Minas Gerais. Citou a queda de preços da batata, do leite e do morango e relatou obstáculos na renegociação de dívidas, com exigências bancárias que colocariam propriedades em risco. Também defendeu a aprovação de proposta legislativa para regular o mercado de leite e proteger a produção nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado alertou para impactos da importação de cacau africano sobre a produção nacional e defendeu a revisão da Instrução Normativa nº 125. Afirmou que a entrada de produto estrangeiro gerou preocupações entre agricultores e demandou debate sobre políticas de importação e medidas de apoio à produção nacional.

**Mauro Benevides Filho (PDT - CE)** - O Deputado criticou a decisão do Banco Central de manter a taxa de juros em 15% e afirmou que o índice representou o maior nível em duas décadas. Informou que o pagamento de juros da dívida pública ultrapassou 1 trilhão de reais no ano anterior, com impacto nas contas públicas e no ambiente econômico. Também alertou para efeitos sobre geração de emprego e renda e criticou a predominância de ganhos financeiros em detrimento da atividade produtiva.

**Carla Dickson (UNIÃO - RN)** - A Deputada atribuiu problemas econômicos e administrativos ao Governo Federal, apresentou questionamentos sobre políticas públicas, segurança e programas sociais e citou dificuldades enfrentadas por produtores de leite e pescadores sem acesso ao auxílio-defeso. Mencionou dados sobre feminicídio e cobrou ações governamentais mais amplas. Também abordou a proposta de criação de CPMI relacionada ao Banco Master e defendeu investigações sobre possíveis irregularidades.

**Tadeu Veneri (PT - PR)** - O Deputado lamentou caso ocorrido em Florianópolis (SC), onde adolescentes torturaram e mataram um cão comunitário, e alertou para práticas violentas incentivadas em redes sociais. Afirmou que episódios recentes indicaram expansão de grupos que incentivaram crimes e ações extremistas entre jovens. Também avaliou que discursos públicos e ambientes digitais contribuíram para processos de desumanização e perda de empatia social. Por fim, defendeu debate amplo sobre saúde mental, educação e responsabilização criminal, além de políticas públicas para prevenção da violência e proteção de crianças, adolescentes e animais.

**Jandira Feghali (PCdoB - RJ)** - A Deputada defendeu a mensagem positiva enviada pelo Executivo e pelo Supremo Tribunal Federal no retorno dos trabalhos legislativos e contestou narrativas que, segundo ela, retrocederiam conquistas sociais. Abordou o caso envolvendo o Banco Master, defendendo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o caso e cobrar transparência. Também citou pedidos de convocação de Governadores que autorizaram operações ou investimentos relacionados ao Banco Master, incluindo aportes de fundos públicos como o Rioprevidência e negociações com o banco público BRB no Distrito Federal. Por fim, afirmou que a investigação sobre o Banco Master resultou em prisões e na liquidação da instituição pelo Banco Central, com suspeitas de gestão fraudulenta e emissão de títulos sem lastro, e há mobilizações para ampliar a responsabilização política e jurídica no Congresso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

**Valmir Assunção (PT - BA)** - O Deputado destacou a aprovação da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, que instituiu o Programa Gás do Povo e afirmou que a iniciativa ampliou políticas sociais voltadas à população de baixa renda. Também defendeu o fim da jornada de trabalho 6x1, com ampliação de direitos trabalhistas e melhoria das condições de vida. Por fim, abordou a pauta da tarifa zero no transporte público e mencionou o projeto do VLT em Salvador (BA), com expectativa de implantação de políticas de mobilidade urbana acessíveis à população baiana.

**Coronel Assis (UNIÃO - MT)** - O Deputado questionou propostas apresentadas no Congresso que previam ampliação de benefícios sociais e políticas como tarifa zero no transporte público. Afirmou que empresários e operadores do sistema não poderiam oferecer serviços sem remuneração, diante de despesas com combustível e manutenção. Também mencionou preocupações com o cenário econômico e com o preço dos combustíveis, apontando possíveis impactos sobre a sustentabilidade financeira do transporte coletivo.

**Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ)** - A Deputada denunciou condições de trabalho enfrentadas por profissionais de enfermagem que atuaram em serviços de *home care* e relatou casos de assédio sexual, assédio moral, humilhações e desvio de função. Afirmou que trabalhadores enfrentaram jornadas sem controle, ausência de pagamento de direitos trabalhistas e restrições dentro das residências onde prestaram serviço. Também acrescentou que a fiscalização tornou-se difícil por ocorrer em ambiente domiciliar, o que ampliou a vulnerabilidade desses profissionais. Ao final, informou a apresentação de projeto de lei para regulamentar a atividade e pediu apoio de Parlamentares para acelerar a tramitação.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado elogiou a aprovação da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, sobre o Programa Gás do Povo e destacou apoio de setores da Oposição ao projeto. Avaliou que a medida respondeu a necessidades sociais relevantes e defendeu a atuação conjunta do Congresso em pautas de interesse público. Também ressaltou que a aprovação demonstrou convergência entre diferentes correntes políticas em torno de políticas voltadas à melhoria das condições de vida da população.

**Daniel Almeida (PCdoB - BA)** - O Deputado defendeu produtores de cacau e de leite e criticou políticas que, segundo ele, prejudicam a produção nacional. Pediu a revogação da Instrução Normativa nº 125, que permitiu a importação de cacau, alegando impacto negativo sobre médios e pequenos agricultores, sobretudo na Bahia. Também denunciou dificuldades enfrentadas por produtores de leite diante da entrada de produtos estrangeiros e dos baixos preços pagos no mercado interno, considerados insuficientes para cobrir custos de produção. Ao final, cobrou providências do Governo para proteger a produção nacional, garantir renda no campo e preservar a segurança alimentar e econômica do setor agrícola.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

**Igor Timo (PSD - MG)** - O Deputado destacou a presença da Prefeita Cinthia, de Cambuí (MG), na Câmara dos Deputados, elogiando sua gestão e liderança feminina. Mencionou entregas recentes na área da educação, com a distribuição inédita de uniformes e materiais escolares completos aos alunos da rede municipal. Também enfatizou a atenção da gestora às demandas sociais e administrativas da cidade.

**Gisela Simona (UNIÃO - MT)** - A Deputada destacou a força produtiva e a riqueza ambiental do Estado do Mato Grosso, mas apontou desafios logísticos, como a necessidade de pavimentação de rodovias federais e investimentos em ferrovias, além de desigualdades sociais e altos índices de violência contra a mulher. Afirmou que o combate à violência feminina deve ser prioridade nacional e cobrou ações efetivas do Congresso. Também defendeu a continuidade da CPMI do INSS e a instalação da CPMI do Banco Master.

**Ribamar Silva (PSD - SP)** - O Deputado a presença do Professor Thiago, Vereador licenciado e atual Subprefeito de São Vicente (SP), destacando sua atuação política e administrativa no Município. Ressaltou que o gestor foi o mais votado do PSD na cidade e tem contribuído com a gestão do Prefeito Caio para promover desenvolvimento local e ações voltadas à população mais vulnerável.

**Valmir Assunção (PT - BA)** - O Deputado lamentou o falecimento de Frei Sérgio, franciscano e ex-Deputado do Rio Grande do Sul, destacando sua trajetória em defesa da reforma agrária, dos pequenos agricultores e dos movimentos sociais. Relembrou a atuação do religioso na construção do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sua participação em greves de fome e a luta por crédito rural e direitos sociais, incluindo oposição à reforma da Previdência.

**Messias Donato (REPUBLICANOS - ES)** - O Deputado informou que foi protocolado pedido de criação de CPMI para investigar o Banco Master, com quase 300 assinaturas de Deputados e Senadores. Afirmou que o caso poderia revelar um escândalo de grandes proporções e citou reportagens que, segundo ele, apontariam conexões políticas envolvendo integrantes do Executivo. Também criticou a ausência de assinaturas de membros do PT no requerimento e declarou que novos depoimentos e informações poderiam surgir nos próximos dias, ampliando as apurações e o debate político em torno do tema no Congresso Nacional.

**Reimont (PT - RJ)** - O Deputado apresentou uma poesia em homenagem ao Presidente Lula e à trajetória de superação associada à sua história pessoal e política. O texto destacou temas como pobreza, migração, luta sindical, soberania nacional e conquistas sociais, incluindo acesso à educação e combate à fome.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

**Gilberto Nascimento (PSD - SP)** - O Deputado lamentou o falecimento do cantor e líder de adoração norte-americano Ron Kenoly, ocorrido em 3 de fevereiro. Destacou a relevância do artista para a música gospel mundial e ressaltou sua forte influência no Brasil, inspirando ministérios e cantores nacionais. Também manifestou solidariedade à família e aos fãs, reforçando mensagens de esperança espiritual e reflexão sobre a trajetória de vida e a importância da fé.

**Ivoneide Caetano (PT - BA)** - A Deputada levou à tribuna o debate sobre o combate ao feminicídio, apontado como prioridade nas ações do Governo Federal. Citou dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública que registraram quase 1.500 feminicídios em 2025 e cerca de 3.700 tentativas de homicídio contra mulheres. Também apresentou o movimento Mulheres Vivas, iniciativa que percorre cidades baianas com foco em prevenção, acolhimento e fortalecimento da rede de proteção. Por fim, afirmou manter expectativa de redução dos índices e reforçou o compromisso contínuo com a defesa dos direitos das mulheres.

**Geraldo Resende (PSDB - MS)** - O Deputado celebrou a votação da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, que altera a Lei nº 14.237, de 2021, para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo. Associou a iniciativa a uma experiência pessoal de infância no interior de Minas Gerais, quando precisou, junto aos irmãos, recolher lenha para que a mãe pudesse cozinhar em fogão de pedra. Ao destacar o impacto social da proposta, afirmou que a política pública ampliou o acesso ao gás de cozinha para cerca de 50 milhões de brasileiros, alcançando 15 milhões de famílias com gratuidade. Por fim, defendeu a medida como ação concreta de combate à vulnerabilidade e de valorização das camadas mais pobres, apresentando o programa como instrumento de cidadania e dignidade no cotidiano das famílias.

**Allan Garcês (PP - MA)** - O Deputado comentou a votação da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, que altera a Lei nº 14.237, de 2021, para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo. Afirmou que a iniciativa teve origem no Auxílio-Gás, criado no Governo Bolsonaro, sendo posteriormente regulamentada de forma permanente. Mesmo na Oposição, declarou apoio ao programa por considerá-lo relevante para famílias de baixa renda, com destaque para impactos no Maranhão. Em seguida, abordou o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed), apontando supostos resultados que indicariam fragilidades na formação médica no País, com parte das instituições avaliadas recebendo conceitos baixos. Além disso, criticou a expansão de cursos sem estrutura adequada, citando ausência de hospital-escola, laboratórios e ambulatórios. Por fim, defendeu a criação de um exame de proficiência médica como mecanismo para avaliar a formação e restringir o exercício profissional a médicos considerados aptos.



**Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ)** - A Deputada registrou a presença de autoridades municipais do Rio de Janeiro no Congresso, apresentadas por ela e pelo Deputado Reimont. Destacou a Prefeita Katia Miki, de Barra do Piraí (RJ), apontando que ela foi a primeira mulher eleita para o cargo no Município e ressaltando sua atuação como liderança feminina. Também mencionou o Prefeito Aluísio d'Elias, de Quatis (RJ), atribuindo a ele esforços de recuperação e reorganização da cidade. Por fim, afirmou que a visita simbolizou reconhecimento ao trabalho realizado nas administrações locais e expressou expectativa de que ambos possam, no futuro, representar a população fluminense em instâncias legislativas nacionais.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado registrou cumprimento à Prefeita Katia Miki, de Barra do Piraí (RJ), e ao Prefeito Aluísio d'Elias, de Quatis (RJ). Em seguida, cobrou medidas mais duras contra crimes sexuais e violência de gênero. Citou dados de 2025, apontando mais de 83 mil casos de estupro e a ocorrência de um registro a cada seis minutos, além de média de quatro mulheres assassinadas por dia em casos de feminicídio. Defendeu a castração química para condenados por estupro, tratando o tema como prioridade de segurança pública. Também afirmou que a prevenção deveria envolver escolas, com ações educativas voltadas a meninos sobre respeito a meninas e mulheres. Por fim, pediu resposta legislativa urgente diante do que classificou como agravamento da violência no país.

**Chris Tonietto (PL - RJ)** - A Deputada informou que a Oposição protocolou no Senado o requerimento para instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banco Master, afirmando que o pedido reuniu número recorde de assinaturas e já havia sido formalizado. Defendeu que, pelo Regimento Comum do Congresso, a criação da comissão deveria ocorrer de forma automática. Argumentou que a iniciativa buscou apurar responsabilidades e enfrentar a impunidade, citando a necessidade de transparência diante de denúncias e suspeitas de corrupção. Também criticou a postura de partidos de esquerda, questionando a falta de apoio à CPMI e apontando divergências sobre a abertura de investigação. Ao final, afirmou que a comissão deveria ser conduzida com seriedade e responsabilidade, com foco em apuração dos fatos e responsabilização de envolvidos.

**Duda Ramos (MDB - RR)** - O Deputado relatou o início do quarto ano de seu primeiro mandato e defendeu que a realidade de Roraima só foi compreendida a partir de visitas a estradas precárias, comunidades indígenas e regiões sem água, luz e infraestrutura. Afirmou que, ao longo dos três anos anteriores, constatou a necessidade de maior atenção do Governo Federal ao Estado, descrito como o mais distante do país. Também apontou problemas em saúde e educação, citando filas em hospitais, dificuldades de acesso a consultas e cirurgias, além de escolas com estrutura deficiente e desvalorização de professores. Destacou ter sido o Deputado que mais destinou emendas para Roraima e para Boa Vista (RR), e afirmou que manteria a



prioridade aos mais vulneráveis. Por fim, mencionou impactos da imigração venezuelana, com pressão sobre serviços públicos e infraestrutura, e pediu apoio institucional para enfrentar o cenário.

**Lula da Fonte (PP - PE)** - O Deputado citou o caso do cachorro Orelha, morto após agressões atribuídas a menores de idade, e afirmou que o episódio evidenciou lacunas na legislação voltada à responsabilização juvenil. Defendeu a atualização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), argumentando que o modelo atual tratava condutas como atos infracionais sem detalhamento equivalente ao Código Penal. Informou a apresentação de proposição em parceria com o Deputado Eduardo da Fonte, o Projeto de Lei nº 135, de 2026, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para qualificar atos infracionais de extrema gravidade, incluir a violência contra animais e estabelecer as hipóteses de internação compulsória, além de medidas socioeducativas proporcionais. Também ressaltou que a iniciativa não se baseou na redução da maioridade penal, mas na adequação do sistema às condutas consideradas gravíssimas. Por fim, ressaltou que o caso mobilizou a opinião pública e reforçou a necessidade de revisão legislativa.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado relatou visita ao Município de Tanque Novo (BA) e destacou ações da gestão local, conduzida pelo Prefeito Ricardo e pelo Vice-Prefeito Bruno, com foco na saúde. Citou a inauguração de um hospital municipal e afirmou que a cidade passou a registrar redução de filas para cirurgias. Também mencionou a entrega de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no bairro Pimentas, com previsão de atendimento a mais de 4.500 famílias, e registrou a participação de Vereadores e lideranças na cerimônia. Em seguida, abordou mobilização da União dos Municípios da Bahia e da Confederação Nacional de Municípios (CNM), com presença prevista de Prefeitos em Brasília (DF), para discutir o impacto dos altos cachês cobrados por bandas nos festejos de São João e São Pedro. Por fim, alertou que valores elevados poderiam comprometer contratos, gerar questionamentos e afetar áreas essenciais dos Municípios, defendendo articulação para priorizar artistas locais e conter custos.

**Reinhold Stephanes (PSD - PR)** - O Deputado comentou a aprovação do aumento do Auxílio Gás do Povo, relacionando a ampliação do benefício de cinco para quinze milhões de famílias ao cenário de pobreza e perda do poder de compra. Criticou indicadores econômicos, citando inflação, juros elevados, déficit fiscal e crescimento do gasto com juros da dívida. Em seguida, fez acusações de corrupção envolvendo órgãos públicos e citou suspeitas ligadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Banco Master, defendendo a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apuração. Também questionou a condução de investigações e mencionou críticas a autoridades e a decisões de sigilo. Afirmou que havia manipulação de dados econômicos e estatísticos,



contestando números sobre emprego e a atuação de órgãos oficiais. Ao final, reiterou apoio às comissões parlamentares de investigação e cobrou esclarecimentos públicos sobre denúncias e responsabilidade fiscal.

**Nilto Tatto (PT - SP)** - O Deputado prestou homenagem póstuma ao Frei Sergio Görgen, fundador e dirigente histórico do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), destacando sua atuação na luta pela terra, pela soberania alimentar e pela dignidade do campesinato. Citou sua trajetória como frade franciscano ligado a movimentos sociais e ressaltou sua participação em greves de fome em defesa de crédito para produção agrícola, da Previdência e da democracia. Além disso, mencionou a produção intelectual e o papel de formação política exercido por Frei Sergio, associando seu legado à agricultura camponesa e à defesa de justiça social e ambiental. Por fim, manifestou solidariedade ao MPA, à Via Campesina, aos familiares e à Ordem Franciscana, afirmando que a memória do homenageado permaneceria associada à produção de alimentos saudáveis e às mobilizações por direitos no campo.

**Welter (PT - PR)** - O Deputado destacou a geração de empregos no país e afirmou que a elevação dos salários acima da inflação, motivada pela escassez de mão de obra, refletiu aumento de renda e maior disputa por trabalhadores. Atribuiu o cenário a políticas públicas adotadas desde 2023, citando a retomada da valorização real do salário mínimo como fator de distribuição de renda e ascensão social. Também defendeu a ampliação do auxílio-gás como medida voltada às famílias de baixa renda e ao fortalecimento da proteção social. Em seguida, ao tratar da agenda legislativa de 2026, apontou como prioridade o fim da escala 6x1, a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, que dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil, argumentando que a mudança seria necessária para humanizar jornadas e ampliar o convívio familiar. Por fim, pediu urgência na tramitação e sugeriu que a votação poderia se tornar um marco da legislatura.

**Julia Zanatta (PL - SC)** - A Deputada criticou a aprovação da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, que altera a Lei nº 14.237, de 2021, para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo, afirmando que a ampliação do benefício refletiu um cenário de empobrecimento da população. Sustentou que a classe média estaria sendo pressionada a financiar políticas públicas por meio de impostos e contestou a ideia de gratuidade, defendendo que os custos recaíam sobre os contribuintes. Além disso, acusou o Governo de estimular dependência do Estado e associou a expansão do programa a interesses político-eleitorais. Também afirmou que o aumento da vulnerabilidade social teria levado famílias a dependerem do auxílio para itens básicos, como o gás de cozinha. Ao final, declarou oposição ao modelo de assistência que, segundo ela, ampliava a dependência e comprometeria a autonomia econômica da população, reiterando defesa de políticas voltadas à liberdade individual.



**Alice Portugal (PCdoB - BA)** - A Deputada desejou um reinício positivo dos trabalhos legislativos em 2026 e comentou a aprovação de acordos salariais e reajustes de servidores públicos. Afirmou haver concordância com pontos centrais do texto, mas indicou que aspectos da regulamentação ainda exigiriam aprimoramento, com destaque para o reconhecimento de saberes e competências, especialmente no âmbito das universidades. Informou que a Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (FASUBRA Sindical) encaminharia sugestões de ajustes sobre itens não pactuados, para continuidade do debate em novas proposições. Por fim, defendeu a valorização do Estado nacional, sem intervencionismos, e reafirmou compromisso com a continuidade democrática no país.

**Reinhold Stephanes (PSD - PR)** - O Deputado enviou saudação ao Município de Marialva (PR) e elogiou a atuação da Prefeita Flávia Cheroni. Destacou investimentos voltados ao turismo rural, citando a vocação local ligada à produção de uva fina, além de obras de infraestrutura urbana, como asfaltamento de bairros. Também mencionou ações na área da saúde e iniciativas de cuidado com a população. Além disso, afirmou que a gestão municipal vinha promovendo mudanças estruturais e projetou que a cidade teria um novo cenário ao fim do mandato. Ao final, parabenizou a Prefeita e a população de Marialva, atribuindo à administração local um papel de destaque na transformação do Município.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado contestou críticas ao Governo e afirmou que parte dos discursos na Casa ignorou indicadores sociais e econômicos recentes. Comparou o cenário com a gestão anterior, citando retorno ao Mapa da Fome, aumento da extrema pobreza, congelamento do salário mínimo e ausência de reajuste na merenda escolar. Defendeu que o Governo atual encerrou o terceiro ano com queda do desemprego e ampliou políticas públicas, mencionando programas de saúde, como Mais Médicos Especialistas e ações voltadas à saúde da mulher, além do Programa Pé-de-Meia na educação. Também citou recordes no Plano Safra da agricultura familiar, avanços na reforma tributária com alíquota zero para a cesta básica, igualdade salarial entre homens e mulheres, e os programas Luz do Povo e Gás do Povo. Também ressaltou a isenção e redução do Imposto de Renda para faixas de renda que incluíam a classe média. Ao final, apontou como prioridades para 2026, a tarifa zero no transporte coletivo, o fim da escala 6x1 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública.

**Ricardo Maia (MDB - BA)** - O Deputado marcou o reinício dos trabalhos legislativos destacando sua trajetória no interior da Bahia, com experiência como Vereador e Prefeito, e afirmou que o mandato federal ampliou sua atuação para pautas nacionais. Citou a votação do Gás do Povo como exemplo de política voltada à população mais vulnerável, mencionando famílias que ainda cozinhavam em fogão a lenha e viviam com renda de cerca de R\$ 600. Defendeu que o programa alcançava 15 milhões de brasileiros em situação de



pobreza. Ao mesmo tempo, apontou que o Congresso também deveria debater temas de interesse mais amplo, como as Propostas de Emenda à Constituição sobre Segurança Pública e o fim da escala 6x1, propondo que as discussões ocorressem no campo político com respeito entre Parlamentares. Por fim, disse sentir orgulho por representar a Bahia e destacou sua origem familiar, como filho de uma técnica em enfermagem e mãe solo.

**Luisa Canziani (PSD - PR)** - A Deputada lamentou a morte de Rosimeire Calovi, liderança de Uraí (PR) e Chefe de Gabinete do Prefeito, e manifestou solidariedade à família e à população do Município. Em seguida, destacou a assinatura da ordem de serviço para construção do campus do Instituto Federal do Paraná em Cambé (PR), com investimento de R\$ 11 milhões, apontando a medida como conquista histórica para a educação e a qualificação profissional na região. Também anunciou que a concessionária EPR suspendeu a instalação de uma nova praça de pedágio entre Rolândia (PR) e Arapongas (PR), após mobilização política e pressão local. Por fim, afirmou que o grupo buscava diálogo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para impedir a adoção do modelo *free flow* no trecho, argumentando que a medida traria impacto negativo a trabalhadores e indústrias, por se tratar de área próxima ao perímetro urbano de Rolândia.

**Sanderson (PL - RS)** - O Deputado relatou preocupação de moradores e produtores rurais da Região das Missões, no Rio Grande do Sul, diante da proposta do Governo Federal, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), de criar uma unidade de conservação com cerca de 160 mil hectares, envolvendo cinco Municípios. Afirmou que a medida geraria impactos econômicos e sociais para pequenos, médios e grandes produtores e sustentou que a população local não apoia a iniciativa. Como resposta, informou ter apresentado o Projeto de Lei nº 6.617, de 2025, que altera a Lei nº 9.985, de 2000, para exigir autorização do Congresso Nacional para a criação de Unidades de Conservação federais. Argumentou que decisões desse tipo deveriam passar pelo Legislativo, como instância representativa, e criticou a possibilidade de implementação por ato administrativo sem consulta adequada às comunidades afetadas. Por fim, anunciou que solicaria urgência para a tramitação da proposta.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado criticou o Governo e afirmou haver distância entre discursos oficiais e a realidade do país. Citou episódios ligados ao 8 de janeiro, questionando investigações, penas aplicadas e o que considerou ausência de proporcionalidade no tratamento de casos de corrupção. Também mencionou denúncias envolvendo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Banco Master, defendendo apuração e responsabilização, e criticou instituições por suposta omissão. Na área econômica, apontou aumento de impostos, crescimento da dívida pública e prejuízos em estatais, citando a Empresa Brasileira de Correios e



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

Telégrafos (ECT) como exemplo. Contestou o debate sobre isenção do Imposto de Renda, argumentando que a correção da tabela deveria ter sido mais ampla. No campo, defendeu segurança jurídica para produtores e criticou invasões de terra, propondo que a reforma agrária ocorresse por compra de áreas. Por fim, cobrou execução efetiva do Plano Safra anunciado, afirmando que programas anteriores não teriam chegado à ponta e pedindo medidas de recuperação para produtores endividados.

**General Girão (PL - RN)** - O Deputado manifestou crítica ao Supremo Tribunal Federal (STF) ao comentar a discussão sobre a criação de um código de ética no âmbito da Corte. Afirmou que a iniciativa ocorreu em meio a denúncias envolvendo Ministros e questionou a necessidade de formalizar regras de conduta, sugerindo que o debate poderia indicar falhas anteriores. Declarou indignação com o que considerou contradição institucional e levantou a hipótese de que a proposta funcionaria como resposta simbólica a questionamentos públicos. Ao final, registrou repúdio à medida e disse não acreditar que a adoção de um documento resolveria problemas apontados, defendendo maior rigor e coerência no funcionamento das instituições.

**Flávio Nogueira (PT - PI)** - O Deputado registrou a assinatura da ordem de serviço para a construção do Hospital Universitário da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, destacando o evento como um marco importante para a região. Ressaltou que a conquista resultou do esforço conjunto da bancada federal, da Câmara Municipal e de lideranças locais, mencionando especialmente o Vereador David Soares, além da presença do Ministro Camilo Santana na cerimônia.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado afirmou que vinha sendo criticado por setores bolsonaristas por se posicionar contra interesses da família Bolsonaro, mas declarou falar em nome da Direita ao defender a necessidade de união e de uma candidatura forte para retomar o poder. Avaliou também que o Senador Flávio Bolsonaro não reunia essas condições, apontando fragilidade política e moral, além de possíveis desgastes relacionados a investigações e à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por fim, sustentou que a insistência nessa candidatura poderia enfraquecer a Direita eleitoralmente e favorecer o avanço da Esquerda.

**Leônidas Cristino (PDT - CE)** - O Deputado destacou dados da Pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) de Rodovias, ressaltando a importância do transporte rodoviário, responsável por grande parte da movimentação de cargas e passageiros no Brasil. Afirmou que a malha rodoviária apresenta problemas significativos, com grande parcela não pavimentada e 62,1% das rodovias avaliadas classificadas como regulares, ruins ou péssimas em 2025, defendendo a necessidade urgente de investimentos em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

conservação, planejamento eficiente e diversificação dos modais de transporte, como ferrovias e hidrovias, para garantir a logística e a competitividade do País.

**Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ)** - O Deputado criticou a criação de um banco digital ligado ao Pastor André Valadão, afirmando que a iniciativa representa uma mercantilização da fé e levanta questionamentos éticos e legais. Destacou como ponto preocupante o fato de o banco ter utilizado o mesmo endereço da Igreja Batista da Lagoinha e mencionou o fechamento da plataforma após o caso envolvendo o Banco Master, defendendo a necessidade de investigação séria pela Polícia Federal e pelo Banco Central para esclarecer a natureza jurídica da *fintech*, possíveis vínculos empresariais entre André Valadão e Vorcaro e o risco de utilização indevida da imunidade tributária religiosa para fins lucrativos.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado parabenizou a Polícia Militar do Estado da Paraíba pelos 194 anos de existência, destacando a trajetória histórica, o trabalho em defesa da sociedade e a dedicação dos policiais militares. Ressaltou sua ligação pessoal com a corporação, mencionando que é policial militar e que seu pai também integrou a instituição, além de elogiar a qualidade dos profissionais, embora tenha apontado a necessidade de melhorar as condições de trabalho. Por fim, reconheceu a importância da Polícia Militar como a instituição mais antiga em funcionamento no Estado.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado criticou a condução do IBGE e questionou dados oficiais sobre emprego no Brasil, afirmando que o instituto estaria adotando narrativas políticas em detrimento dos fatos, especialmente ao divulgar índices baixos de desemprego. Mencionou a exoneração de uma servidora que teria denunciado suposto viés na gestão e argumentou que critérios estatísticos mascaram a realidade, citando o número de beneficiários do Bolsa Família como indicador de maior desemprego e pobreza. Por fim, criticou medidas do Governo relacionadas ao programa de gás e afirmou que o poder de compra dos brasileiros teria diminuído, defendendo que a realidade econômica do País seria mais negativa do que a apresentada pelos dados oficiais.

**Rafael Fera (PODE - RO)** - O Deputado criticou o Governador de Rondônia, Marcos Rocha, por encaminhar projeto que concederia anistia de cerca de 2 bilhões de reais em dívidas à empresa Energisa, medida aprovada pela maioria da Assembleia Legislativa estadual. Classificou a decisão como uma injustiça contra a população, argumentando que a empresa corta o fornecimento de energia quando consumidores atrasam pagamentos. Afirmou ainda que fará denúncias e adotará medidas judiciais para tentar barrar a iniciativa, registrando seu posicionamento contrário nos Anais da Câmara dos Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

**Ivan Valente (PSOL - SP)** - O Deputado defendeu a aprovação do programa Gás do Povo, destacando que milhões de brasileiros de baixa renda seriam beneficiados com botijões de gás. Criticou Parlamentares que votaram contra a medida, acusando-os de insensibilidade social e de espalhar *fake news*. Além disso, atacou setores da oposição, associando-os ao bolsonarismo, à defesa de interesses de super-ricos e à tentativa de privatização e desmonte de políticas públicas, especialmente nas universidades. Por fim, contrapôs indicadores econômicos atuais aos do governo anterior para rebater críticas, afirmou que há distorções e mentiras no debate político e cobrou da oposição propostas concretas para distribuição de renda, fortalecimento da democracia e da soberania nacional.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado criticou o discurso anterior do Deputado Ivan Valente e defendeu a posição dos Parlamentares que votaram contra o programa Gás do Povo. Afirmou que indicadores econômicos, como juros e salário mínimo, seriam negativos no Governo Lula e argumentou que a nova política do gás prejudicaria beneficiários ao substituir o pagamento em dinheiro do Auxílio Gás pela retirada do botijão em revendas credenciadas.

**Jack Rocha (PT - ES)** - A Deputada destacou a assinatura do Pacto Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, envolvendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e convocou Deputados e Deputadas a participarem do ato. Defendeu a necessidade de novas legislações com recorte de gênero e raça, afirmando que o feminicídio está ligado à violência estrutural e afeta especialmente determinados grupos sociais. Ressaltou ainda a importância de políticas públicas voltadas à autonomia econômica, ao cuidado e à proteção das mulheres, enfatizando que essa é uma luta de toda a sociedade.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado afirmou que o ex-Presidente Bolsonaro estaria sendo alvo de perseguição política e criticou decisões judiciais relacionadas a investigações e julgamentos, alegando ausência de devido processo legal e parcialidade de autoridades. Também fez críticas à atuação da Suprema Corte e mencionou medidas envolvendo o Ministério Público Militar, classificando o cenário como uma afronta à Constituição e ao funcionamento democrático do País.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado criticou declarações atribuídas ao cantor Peninha sobre eleitores evangélicos, classificando-as como ofensivas e desrespeitosas à comunidade cristã. Destacou o papel social das igrejas evangélicas no Brasil, mencionando ações de acolhimento e programas sociais, e defendeu a responsabilização judicial do artista. Por fim, afirmou que há preconceito contra cristãos no País e criticou setores da esquerda, encerrando com um apelo por respeito aos cristãos brasileiros.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

**Osmar Terra (PL - RS)** - O Deputado criticou a regulamentação da Anvisa que permite o uso e o cultivo de *cannabis* para fins medicinais, afirmando que, em sua opinião, não existe “*cannabis medicinal*” e que a medida representa um equívoco influenciado por decisões judiciais e por interesses econômicos. Argumentou que a liberação estaria associada a um *lobby* de empresas interessadas em lucrar e alertou para os riscos das drogas, citando sua experiência na área da saúde pública. Comparou também a situação com outras substâncias que possuem componentes com possíveis usos médicos, mas que não justificariam a liberação como medicamento, defendendo que a sociedade estaria sendo iludida sobre o tema.

**Vicentinho (PT - SP)** - O Deputado destacou a prioridade da base governista em aprovar um projeto de lei para reduzir a jornada de trabalho, especialmente com o fim da escala 6x1, defendendo a redução da carga horária sem diminuição salarial. Resgatou a trajetória histórica das lutas trabalhistas, mencionando conquistas como a jornada de 44 horas semanais e citando exemplos internacionais com jornadas menores. Por fim, argumentou que a redução traria benefícios sociais e econômicos, como aumento da produtividade, mais qualidade de vida para os trabalhadores e fortalecimento da economia.

**Bebeto (PP - RJ)** - O Deputado manifestou indignação diante do estupro coletivo de uma adolescente de 14 anos ocorrido no bairro Trio de Ouro, em São João de Meriti (RJ), destacando a gravidade da violência associada à disputa entre facções criminosas na região. Relatou ter acionado o comando da Polícia Militar e agendado visita ao local para cobrar medidas mais efetivas de segurança, mencionando ações anteriores como instalação de policiamento e retirada de barricadas. Por fim, expressou solidariedade à vítima e à família, criticou a criminalidade e afirmou seguir atuando diretamente no enfrentamento da violência para tentar restaurar a paz na comunidade.

**Ismael (PSD - SC)** - O Deputado manifestou preocupação com a segurança na BR-470, em Santa Catarina, destacando que as lombadas eletrônicas estão desligadas há mais de seis meses, o que tem contribuído para acidentes fatais frequentes. Citou ainda trechos específicos, como a Serra de São Miguel, a região da Escola Cecília Bertha e Salto Pilão, e fez um apelo público ao DNIT para que os radares sejam reativados, visando aumentar a segurança de motoristas e pedestres que utilizam a rodovia.

**Rafael Fera (PODE - RO)** - O Deputado criticou a anistia de cerca de 2 bilhões de reais concedida pelo Governador de Rondônia, Marcos Rocha, afirmando que os recursos poderiam ter sido destinados à construção de hospitais, escolas, creches e à melhoria da infraestrutura rodoviária no Estado. Acusou o Governo Estadual e a maioria dos Deputados Estaduais de prejudicarem a população com essa decisão e



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

também mencionou altos custos de energia, pedágios e água em Rondônia, responsabilizando a gestão estadual pelas dificuldades enfrentadas pelos cidadãos.

**Ribamar Silva (PSD - SP)** - O Deputado saudou autoridades presentes e destacou a visita de uma comitiva de Osasco (SP) à Câmara dos Deputados em busca de recursos para o Município. Elogiou a gestão local, mencionando o trabalho do Prefeito Gerson Pessoa e a continuidade administrativa em relação ao ex-Prefeito Rogério Lins, além de ressaltar o crescimento econômico da cidade, que possui elevado PIB estadual e nacional. Por último, reafirmou seu compromisso em apoiar o desenvolvimento de Osasco (SP) por meio da destinação de recursos e parcerias institucionais.

**Lídice da Mata (PSB - BA)** - A Deputada chamou atenção para a crise enfrentada pela cadeia produtiva do cacau, especialmente na Bahia, apontando preocupações com normas que flexibilizam a fiscalização fitossanitária e com práticas comerciais de grandes empresas multinacionais que prejudicam os produtores nacionais com deságios no preço. Defendeu maior atuação do Ministério da Agricultura e anunciou a solicitação de audiência para discutir o tema, além de mencionar o enfraquecimento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e a necessidade de políticas de apoio ao setor. Ao final, parabenizou um estudante de escola pública de Salvador (BA) aprovado em primeiro lugar em Medicina na USP, ressaltando a importância do fortalecimento da educação pública.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou o Governo Federal, afirmando haver denúncias de servidores do IBGE sobre suposto aparelhamento político do instituto e alegando preocupações quanto à credibilidade dos dados divulgados, especialmente indicadores econômicos como o PIB. Defendeu que o Parlamento acompanhe a situação para garantir transparência e preservar o funcionamento técnico e democrático da instituição.

**Julio Lopes (PP - RJ)** - O Deputado fez uma denúncia sobre a grave situação de falsificação e pirataria de cerveja no Rio de Janeiro, alertando que milhares de caixas estão sendo falsificadas, o que submete a população a riscos à saúde. Informou que solicitou ao Presidente da Câmara a instalação de uma Comissão Externa para combater a pirataria e a sonegação fiscal, enfatizando que esse problema atenta não apenas contra a economia brasileira, mas principalmente contra a saúde pública.

**Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL - SP)** - O Deputado criticou o Governo Federal, alegando que o Congresso estaria aprovando medidas que aumentam impostos e prejudicam desproporcionalmente o Estado de São Paulo, que estaria sub-representado na distribuição de recursos e no processo decisório nacional.



Questionou também dados divulgados pelo IBGE, sugerindo possível interferência política. Afirmou ainda que outros Estados contribuintes também estariam sendo prejudicados, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Por fim, defendeu maior mobilização política para ampliar a representação e a influência dessas regiões nas decisões orçamentárias e administrativas do País.

**Sidney Leite (PSD - AM)** - O Deputado defendeu a instalação imediata de uma CPI para investigar o Banco Master, classificando o caso como um dos maiores escândalos do sistema financeiro e denunciando uma suposta tentativa de “operação abafa” para impedir apurações. Destacou prejuízos financeiros relevantes, incluindo recursos do Fundo Garantidor de Créditos, e afirmou que as denúncias envolvem também fundos de previdência e outras instituições. Por fim, cobrou transparência, independência das investigações e responsabilização dos envolvidos, criticando possíveis interferências políticas e defendendo o fortalecimento dos órgãos de controle e da confiança pública no sistema financeiro.

**Capitão Alden (PL - BA)** - O Deputado apresentou críticas à política de segurança pública da Bahia e apontou divergência entre o discurso do Governo Estadual e a situação vivida pela população. Em seguida, mencionou o número elevado de homicídios ao longo de quase duas décadas, a presença de facções criminosas e episódios recorrentes de violência em bairros de Salvador (BA). Além disso, foram citados ataques a viaturas, policiais feridos e mortos, além do assassinato recente do cabo Glauber Rosa, atribuído a integrante do Comando Vermelho. Ao concluir, questionou a política de redução da letalidade policial e avaliou que houve enfraquecimento da autoridade das forças de segurança, com impacto direto na atuação policial e no avanço do crime organizado.

**Jack Rocha (PT - ES)** - A Deputada destacou o trabalho legislativo desenvolvido na Câmara e anunciou a disponibilização de um *vade mecum* com as principais normas jurídicas e referências culturais do Espírito Santo. Em seguida, abordou o aumento dos casos de feminicídio e de violência contra mulheres e crianças no País e defendeu a atuação integrada dos Poderes no enfrentamento do problema, citando a construção de um pacto nacional com participação do Legislativo, Executivo e Judiciário. Também sustentou que o combate ao feminicídio depende de redes de apoio, políticas preventivas e da destinação de recursos no Orçamento público. Ademais, criticou dificuldades na implementação de leis já aprovadas e pediu o fortalecimento da representação feminina e o enfrentamento da violência política contra mulheres.

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada manifestou apoio aos trabalhadores dos Correios diante da suspensão de direitos trabalhistas e conquistas históricas decorrentes de negociação coletiva, após a greve de dezembro de 2025, em razão de decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) a pedido da direção da



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

empresa. Destacou a supressão de benefícios como *ticket extra*, gratificação de férias de 70%, adicional por trabalho em dias de repouso e mudanças no custeio do plano de saúde, alertando para o impacto sobre empregados da ativa e aposentados em contexto de salários defasados. Ademais, apelou pela revisão da liminar, ressaltando o papel histórico dos Correios na integração nacional. Por fim, enalteceu a atuação do Deputado Lindbergh Farias na liderança da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) e celebrou a posse do Deputado Pedro Uczai como novo Líder.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado justificou seu apoio ao pedido de criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banco Master, por considerar que há suspeitas graves de envolvimento de autoridades dos Três Poderes, incluindo Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Parlamentares, entre outros. Ademais, destacou que o caso envolve rombo estimado em cerca de R\$ 47 bilhões e defendeu a investigação parlamentar como meio adequado para dar transparência aos fatos. Ao final, ressaltou a necessidade de esclarecer responsabilidades, punir culpados e inocentar quem não teve participação, apontando os prejuízos a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) causados pelo Banco Master.

**Reimont (PT - RJ)** - O Deputado informou que assinou a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banco Master. Ademais, justificou seu apoio ao apontar que o Governador do Estado do Rio de Janeiro investiu cerca de R\$ 1 bilhão no Banco Master, colocando em risco recursos da previdência estadual. Por fim, destacou a prisão do ex-Presidente do Fundo Único de Previdência Social do Rio de Janeiro como indício da gravidade do caso e defendeu a apuração de responsabilidades e punição dos culpados.

**Neto Carletto (AVANTE - BA)** - O Deputado repudiou qualquer forma de agressão, com ênfase na violência contra crianças e adolescentes. Citou caso recente envolvendo acusação de agressão contra um adolescente de 16 anos e defendeu que a violência não poderia ser tolerada, relativizada ou ignorada. Destacou a necessidade de conciliar a rejeição a atos violentos com o respeito ao devido processo legal, sem pré-julgamentos e sem omissão. Avaliou que episódios desse tipo representaram falha coletiva da sociedade na proteção da juventude. Ao final, apelou às autoridades para apuração dos fatos, responsabilização dos envolvidos e reafirmou o compromisso com a paz, o diálogo, a educação e a defesa da vida.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada destacou a celebração do Dia Mundial do Empreendedorismo Feminino e o reconhecimento a mulheres, instituições e iniciativas representadas na sessão. Apresentou dados que indicaram mais de 10 milhões de brasileiras à frente do próprio negócio em 2024, o equivalente a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

cerca de um terço dos empreendimentos do País, e apontou o protagonismo feminino no desenvolvimento econômico. Também mencionou desigualdades de renda, informalidade e baixa presença de mulheres em cargos de liderança empresarial. Afirmou que o empreendedorismo feminino representou instrumento de transformação social e econômica e defendeu o fortalecimento de políticas públicas, do marco legal e do engajamento da sociedade na promoção da igualdade de oportunidades.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado afirmou que o início do ano legislativo ocorreu em um contexto decisivo e eleitoral, marcado por desafios na economia, na segurança pública, na saúde e nas condições de vida da população. Avaliou que o Congresso retomou os trabalhos diante de um cenário de inflação, carga tributária elevada e falta de oportunidades. Defendeu que o Parlamento não se subordinasse ao calendário eleitoral nem a interesses de poder, e que priorizasse trabalho e mudança na gestão pública. Mencionou a necessidade de reformar a forma de governar, de gastar recursos públicos e de tratar quem produz e trabalha. Também afirmou que o ano eleitoral representou oportunidade de prestação de contas, fortalecimento institucional e defesa do interesse público.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado destacou declarações do Presidente Lula sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal na proteção do processo eleitoral e no enfrentamento de ameaças ao Estado democrático de direito. Apontou a necessidade de combater desinformação, uso indevido de tecnologias digitais e manipulação da opinião pública, com atuação conjunta entre Poderes e sociedade. Também tratou da importância de cooperação internacional diante de práticas transnacionais e do papel do Legislativo na atualização das leis para garantir transparência, responsabilização e proteção das eleições, além de reafirmar compromisso com a soberania nacional e o funcionamento das instituições republicanas.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado informou que votou a favor do Auxílio Gás por reconhecer a dificuldade enfrentada por milhões de brasileiros para custear despesas básicas. Afirmou que a ampliação do benefício refletiu aumento da pobreza e criticou a condução econômica do Governo Federal, apontando perda de poder de compra, alta do custo de vida e dependência de políticas assistenciais. Também mencionou *déficit* nas contas públicas, pagamento elevado de juros e denúncias envolvendo órgãos e estatais. Por fim, defendeu geração de emprego e renda, controle de gastos públicos e combate à corrupção como caminhos para enfrentar a crise econômica e reduzir a dependência de auxílios governamentais.

**Acácio Favacho (MDB - AP)** - O Deputado celebrou os 268 anos de Macapá (AP), destacando a história, a cultura e a identidade do povo amapaense. Ressaltou as belezas naturais da capital, sua posição estratégica na Amazônia e a relevância das tradições afro-amazônicas, como marabaixo e batuque. Também destacou a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 2.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/02/2026

importância de investir em dignidade social, preservação ambiental e desenvolvimento urbano. Ao final, reafirmou compromisso com políticas públicas e informou que destinou emendas parlamentares para habitação, saúde, infraestrutura e iluminação pública.

#### **ENCERRAMENTO**